

VALORIZANDO OS TERRITÓRIOS: Desenvolvimento Regional para Além da Dicotomia Rural e Urbana na Experiência do Município de Santa Cruz do Sul/RS

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2021.57.11943>

Recebido em: 14/1/2021

Aceito em: 6/7/2021

Carlos Stavizki Junior¹, Cidonea Machado Deponti²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise crítica dos processos de desenvolvimento regional, destacando as contradições da dicotomia entre os territórios rurais e urbanos. Utilizou-se o exemplo do município de Santa Cruz do Sul, localizado na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, como recorte empírico para o estudo devido às determinações econômicas e sociais do território e pela importância da agricultura familiar em sua economia, sobretudo da cadeia produtiva do tabaco. Trata-se de uma discussão sustentada pela revisão bibliográfica sobre dicotomia rural e urbana no contexto do desenvolvimento regional, analisada a partir de uma abordagem crítica e dialética. Apresenta-se uma crítica ao modelo desenvolvimentista baseado na industrialização e urbanização do território em detrimento da precarização de recursos governamentais no meio rural. Conclui-se a necessidade de valorizar as potencialidades do município, considerando o meio rural como parte intrínseca aos processos de desenvolvimento dos territórios.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; territórios; meio rural; urbanização; dicotomia.

VALORIZING THE TERRITORIES: REGIONAL DEVELOPMENT BEYOND THE RURAL-URBAN DICHOTOMY IN THE EXPERIENCE OF THE MUNICIPALITY OF SANTA CRUZ DO SUL/RS

ABSTRACT

This paper presents a critical analysis of regional development processes, highlighting the contradictions of the dichotomy between rural and urban territories. The example of the municipality of Santa Cruz do Sul, located in the Vale do Rio Pardo region, in Rio Grande do Sul, was used as an empirical clipping for the study, due to the economic and social determinations of the territory, and to the importance of family agriculture in its economy, especially the productive chain of tobacco. This is a discussion supported by a bibliographic review on rural-urban dichotomy in the context of regional development, analyzed from a critical and dialectical approach. It presents a critique of the development model based on the industrialization and urbanization of the territory, to the detriment of the precariousness of governmental resources in the rural environment. It concludes the need to value the potentialities of the municipality, considering the rural environment as an intrinsic part of the development processes of the territories.

Keywords: Regional development; territories; rural environment; urbanization; dichotomy.

¹ Autor correspondente. Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc – *Campus* Universitário. Avenida Independência, 2293. Santa Cruz do Sul/RS, Brasil. CEP 96815-900. <http://lattes.cnpq.br/2235481474119418>. <https://orcid.org/0000-0003-3358-3380>. carlos_stavizki@hotmail.com

² Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc – *Campus* Universitário. Santa Cruz do Sul/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4599834312125185>. <https://orcid.org/0000-0001-8833-1450>

INTRODUÇÃO

A discussão em torno do desenvolvimento territorial é marcada por uma série de eventos, concepções e conceitos, por vezes convergentes e outras complementares, porém ainda majoritariamente sustentadas pela lógica do crescimento econômico como principal promotor do desenvolvimento dos países. Durante os séculos 19 e 20, esta lógica consolidou-se a partir de modelos de desenvolvimento territorial baseados na acumulação de capitais e na concentração de riquezas. Com o advento da globalização capitalista, a partir da década de 30 e, mais fortemente, após a década de 50 do século 20, o desenvolvimento regional brasileiro teve na industrialização e na urbanização do território seu principal propulsor (ABRAMOVAY, 2000).

O desenvolvimento rural neste período, entretanto, sofreu com grandes retrocessos, sobretudo nas reivindicações ligadas à Reforma Agrária e Agricultura Familiar, que permaneceram distantes das agendas de políticas públicas do Estado até meados de 1990. No final do século 20, já com o fim do Regime Militar (1964-1985) e abertura democrática do país, o desenvolvimento rural ressurge como uma demanda para o Estado (HAMMES; DEPONTI, 2017, p. 239). Cresce, também, o interesse público sobre o papel social da propriedade privada, estabelecido na Constituição Federal de 1988, e que trouxe para o debate questões sobre o meio ambiente, direitos sociais no campo e desenvolvimento econômico das regiões interioranas (HAMMES; DEPONTI, 2017).

Neste processo, o Brasil passa a expandir o uso do espaço para a produção agropecuária, a qual, em poucas décadas, tornou-se um dos principais ramos da economia nacional e responsável pela maior parte das exportações do país. A partir do século 21 este processo avança e a produção de grãos e produtos agrícolas, bem como a criação de gado – cada vez mais produtiva e rentável ao setor financeiro – tornam-se *commodities* importantes no mercado internacional. Isto faz com que as regiões interioranas do país se tornem objeto de interesse para o Estado, mercado financeiro, empresas transnacionais e toda sorte de acadêmicos e pesquisadores. Apesar disso, permaneceram no Brasil resquícios de seu processo de desenvolvimento baseado na urbanização, na qual as cidades e as regiões metropolitanas eram vistas como áreas “desenvolvidas”, enquanto o campo era identificado como uma área atrasada.

Esta é a origem da dicotomia entre o Rural e o Urbano no Brasil. A partir desta lógica, que considerou, por muito tempo, a urbanização como sinônimo de desenvolvimento, em detrimento do desenvolvimento rural, passa a exercer na academia uma diferenciação entre estes dois polos do território brasileiro. Em suma, a dicotomia rural-urbana é reflexo de um processo historicamente desigual de desenvolvimento do país e que permanece até hoje.

Neste trabalho utiliza-se a análise crítica sobre a literatura voltada à temática do Desenvolvimento Regional e Territorial para apresentar concepções que discordam desta dicotomia. Seguindo uma abordagem materialista e dialética, o estudo apresenta considerações sobre o papel dos territórios no processo de desenvolvimento, considerando suas diferentes determinações, as quais extrapolam o reducionismo causado pela dicotomia rural-urbana. Ademais, considera-se que a compreensão dicotômica sobre os territórios e seus processos de desenvolvimento desqualifica dinâmicas culturais, sociais, políticas e produtivas, capazes de gerar novos modelos de desenvolvimento (LIMA; OLIVEIRA NETO, 2019).

Para tanto, este trabalho traz uma reflexão teórica sobre os modelos de avaliação do desenvolvimento territorial e regional, dialogando com autores clássicos e contemporâneos da economia política e dos estudos de desenvolvimento regional. Utiliza-se, como recorte empírico de análise, o município de Santa Cruz do Sul, localizado na região do Vale do Rio Pardo, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O município escolhido possui características pertinentes a este debate, especialmente por sua economia estar majoritariamente alicerçada na cadeia produtiva do tabaco, a qual possui tanto características de desenvolvimento urbano – considerando o complexo industrial do fumo no território – quanto de desenvolvimento rural – dada a relevância da agricultura familiar para sua economia. Além disso, a cadeia produtiva do tabaco, instalada no município a mais de cem anos, exerce forte influência sobre os processos de planejamento do território, apesar de ser um setor fundamentalmente formado por empresas transnacionais.

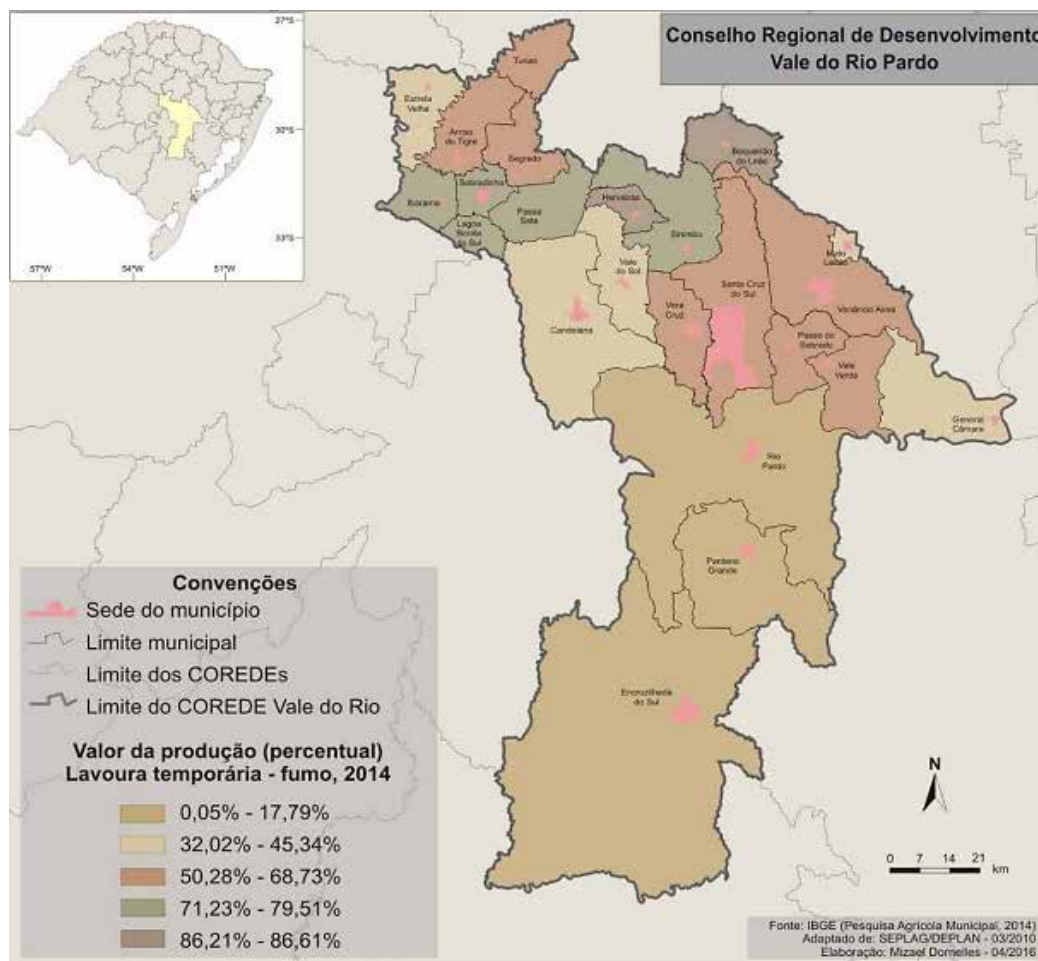
Para sustentar este debate o trabalho está articulado em dois pontos principais. Primeiramente apresenta-se o município de Santa Cruz do Sul a partir de determinações que dialoguem com o desenvolvimento regional e territorial, a exemplo da cadeia produtiva do tabaco e suas dinâmicas territoriais. O segundo ponto dedica-se à discussão sobre o Desenvolvimento Regional, compreendendo a região como um território constituído a partir de interesses globais e locais e de que forma estes interesses fortalecem paradigmas dicotômicos. Por fim, apresenta-se considerações sobre a dicotomia entre o rural e o urbano no território, destacando elementos capazes de amenizar as diferenças territoriais.

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS

O município de Santa Cruz do Sul é um território localizado no centro do Estado do Rio Grande do Sul e compõe a região do Vale do Rio Pardo (VRP), sendo, atualmente, o 15º município mais populoso do Estado, com população estimada em 130.000 habitantes (IBGE, 2020). O município possui o maior PIB da região do VRP e a 8ª maior economia do Estado, baseada, majoritariamente, no cultivo, tratamento e produção da folha de tabaco. Destaca-se que Santa Cruz do Sul apresenta o maior complexo agroindustrial para beneficiamento da folha de tabaco e abriga as maiores indústrias fumageiras do mundo (CADONÁ, 2015; PETRY; SILVEIRA, 2017).

Sua economia, baseada, principalmente, na atividade agrícola e industrial da produção do tabaco, repercute fortemente no desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo, além de ser um fator determinante na produção de riqueza e acumulação de capital na região, composta por municípios que possuem relações diretas e/ou indiretas com a cadeia produtiva do fumo. Destaca-se que a região possui o maior complexo industrial para beneficiamento da folha de fumo do país e um dos maiores do mundo (PETRY; SILVEIRA, 2017, p. 36). O mapa, a seguir, localiza a região segundo a regionalização do Conselho Regional de Desenvolvimento para o Vale do Rio Pardo (Corede/VRP) e evidencia a relação do tabaco na economia da região.

Mapa 1 – Participação da produção de tabaco na economia dos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento para o Vale do Rio Pardo (Corede/VRP), em 2016



Fonte: SEPLAG (2010); Pesquisa Municipal IBGE (2016); Elaborado por Mizaël Dornelles.

Nota-se que a produção de tabaco está presente em todos os municípios da região, sendo mais expressiva nos municípios do centro e norte do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul e municípios vizinhos, como Vera Cruz, Venâncio Aires, Passo do Sobrado e Vale Verde, possuem mais de 50% de sua lavoura temporária baseada na cultura do tabaco. Outros municípios, a exemplo de Herveiras e Boqueirão do Leão, chegam a ter mais de 85% de suas lavouras temporárias dedicadas ao cultivo de tabaco. Ressalta-se que a produção de fumo na região é realizada majoritariamente por propriedades da Agricultura Familiar (PETRY; SILVEIRA, 2017).

Ocorre que, apesar da relevância produtiva e econômica da agricultura familiar na região, sobretudo nos municípios menores, a riqueza produzida com o plantio de fumo é transferida para as indústrias de beneficiamento e produção instaladas nos municípios mais populosos, sobretudo Santa Cruz do Sul. O município possui o maior complexo industrial de tabaco do país, o que repercute fortemente na estrutura e organização do território, além de impactar positivamente em seus níveis de desenvolvimento econômico e social em comparação aos demais municípios do Vale do Rio Pardo (CADONÁ, 2015; PETRY; SILVEIRA, 2017). Cabe ressaltar que Santa Cruz do Sul é a única cidade média da região classificada assim por sua relevância no processo de planejamento e desenvolvimento regional.

No Brasil, o conceito de cidade e de urbano referem-se a um determinado espaço de convívio e produção da vida coletivamente, o que envolve diferentes relações sociais, políticas, econômicas, culturais, etc. O conceito de cidade, que é relativamente menos interpretativo que o conceito de urbano, refere-se a uma “aglomeração durável”, mas que pode ser utilizado tanto para uma aglomeração de 1.000 pessoas quanto para uma de 1.000.000.000 de pessoas (LENCIONI, 2008, p. 115). Para contornar a amplitude do conceito, criam-se adjetivos, tais como cidade interiorana, cidade média, cidade satélite, megacidade, entre outros. Apesar de alguns determinantes serem considerados na classificação destes conceitos, a maioria refere-se, quase que exclusivamente, ao número de habitante deste espaço, definindo a “cidade” (entendida como uma estrutura de relações sociais) a partir da quantidade de pessoas que nela residem, trabalham ou se relacionam com aquele espaço.

Já o conceito de urbano mantém uma relação intrínseca com as determinações históricas de sua concepção, considerando a expansão da sociedade capitalista no século 20 e a própria formação de aglomerações sociais decorrentes da industrialização – as chamadas “cidades industriais”. A partir das reflexões sobre a formação do espaço urbano de Henri Lefebvre ([1974]), compreende-se que “o espaço não tem poder em ‘si mesmo’, nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais. Estas são contradições da sociedade [...] que simplesmente emergem no espaço” (LEFEBVRE, 2006, p. 7). Esta compreensão vincula o conceito de “espaço urbano” aos processos e contradições presentes na sociedade capitalista pós-industrial, considerando as transformações no espaço e, sobretudo, nas relações sociais estabelecidas a partir desta sociedade.

Certos territórios, no entanto, possuem espaços urbanos singulares que antecedem o surgimento das cidades industriais, a exemplo de Santa Cruz do Sul. A relação do território com o plantio e o comércio de tabaco data do início do século 19, quando já havia aglomerações de imigrantes, sobretudo alemães, na região. Na experiência do Vale do Rio Pardo, o espaço urbano de Santa Cruz do Sul não surge como um subproduto da industrialização, mas um produto das relações sociais estabelecidas pela atividade econômica da região em um contexto histórico particular. Lencioni (2008) destaca que o conceito de “urbano” não é imutável, e que seu uso está tão conectado ao aporte teórico de seus interlocutores quanto às relações sociais e históricas que lhe dão sentido (LENCIONI, 2008).

Diante disso, compreende-se que conceituar uma determinada aglomeração de pessoas como “cidade” ou como “espaço urbano”, sem considerar minimamente suas determinações históricas e políticas, tende a desvirtuar sua própria compreensão. Em relação ao Brasil, o conceito de “cidade” é tão abrangente que pode ser utilizado para representar aglomerações de algumas centenas de pessoas, da mesma forma em que categoriza espaços com milhões de habitantes. Do mesmo modo, compreende-se que o conceito de “urbano” não está exclusivamente relacionado com processos de industrialização do país, mas a processos singulares envolvendo o ajuntamento de pessoas. Estas contradições sinalizam para os limites destes conceitos em traduzir a realidade e os fenômenos contemporâneos, sendo necessário ajustar, repetidas vezes, as categorias que sustentam sua definição.

Entre as definições que necessitam de uma reflexão criteriosa para seu uso está o conceito de “desenvolvimento”, o qual apresenta diferentes formas de interpretação, capazes de confundir até mesmo àqueles envolvidos com este debate na atualidade. Desenvolvimento é uma categoria abrangente e comumente associada à lógica estruturalista das ciências econômicas,

sendo utilizada como um sinônimo para “crescimento econômico” ou “avanço tecnológico” em certas áreas da ciência. Em relação às cidades ou aos espaços urbanos, a noção de “desenvolvimento” associa-se à ideia de expansão do espaço, mesmo que esta expansão não mantenha relação com a melhora da qualidade de vida de seus habitantes, tampouco a superação de injustiças sociais (SOUZA, 2005).

Segundo Souza (2005), entende-se que a noção de desenvolvimento como consequência do crescimento econômico e/ou modernização tecnológica está fortemente difundido nos espaços e produções acadêmicas, no senso comum do pensamento sobre desenvolvimento e nas metodologias de análise dos “indicadores sociais” (SOUZA, 2005, p. 98). Para o autor, o desenvolvimento econômico e a subordinação do espaço a este tipo de desenvolvimento não garantem a melhora na qualidade de vida ou das condições materiais daqueles que vivem neste espaço. Este processo depende da organização política e da correlação de forças expressas no próprio espaço, considerando os fatores políticos, culturais, econômicos e as características do espaço natural (SOUZA, 2005, p. 99).

Diante disso, Souza (2005) define desenvolvimento como “um processo de mudança para melhor, um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas” (SOUZA, 2005, p. 100). Em ressonância a esta afirmação, considera-se o desenvolvimento como resultado de transformações nas relações sociais expressas no espaço, aliada à busca pela diminuição das desigualdades sociais e econômicas. Ao somar dois conceitos tão contraditórios como “desenvolvimento” e “urbano”, contudo, diminuem-se, ainda mais, as relações entre a realidade e suas determinações. Sobre a questão do desenvolvimento urbano, Souza (2005) destaca que:

Um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspás, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, e nem mesmo, simplesmente, uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas, antes e acima de tudo, um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: vale dizer, a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social (SOUZA, 2005, p. 101).

Para que esta compreensão sobre o desenvolvimento urbano se realize, o paradigma do “desenvolvimento” deve ser superado, permitindo novos parâmetros de avaliação sobre a qualidade de vida dos indivíduos – não de forma quantitativa, mas qualitativa e crítica. A realização do desenvolvimento dos territórios e suas variadas formas de organização social (urbano, rural, industrial, etc.) passam, também, pela inclusão dos indivíduos e coletivos no planejamento do espaço.

Assim, compreende-se que, ao utilizar conceitos que expressam fenômenos tão complexos, como a categorização das cidades, formação de espaços urbanos ou a noção de desenvolvimento, deve-se atentar para o contexto e objetivos de seu uso. Destaca-se, ainda, que os territórios carregam em si as determinações de sua formação, as quais podem ser abstraídas, analisadas e categorizadas. Sem, porém, uma mediação metodológica que considere estas determinações como expressões singulares de um contexto maior e mais complexo, corre-se o risco de distanciar os conceitos da própria realidade. Neste sentido, salienta-se que, apesar do impacto econômico da produção de tabaco para a região do Vale do Rio Pardo e para a própria análise sobre o desenvolvimento do município de Santa Cruz do Sul, deve-se considerar os reflexos contraditórios e negativos do modelo de acumulação capitalista presente na região (ETGES, 2001).

Etges (2001), ao discutir sobre o processo de globalização na região do Vale do Rio Pardo, relata que a produção de tabaco é essencialmente agrícola e realizada em diversos municípios no Sul do Brasil, porém 80% do seu beneficiamento (preparação da folha para uso industrial) é realizado nos municípios de Vera Cruz, Venâncio Aires, Rio Pardo e, principalmente, Santa Cruz do Sul (ETGES, 2001, p. 8). A centralização deste beneficiamento e, conseqüentemente, a produção industrial necessária, expressa-se na distribuição desigual da riqueza gerada pela agricultura, absorvida na forma de retornos fiscais (IPI, ICMS, PIS, Confins, etc.). Esta dinâmica da cadeia produtiva do tabaco na região faz com que os municípios com maior grau de desenvolvimento industrial concentrem a riqueza produzida pelos demais, ou mais precisamente, pelas empresas transnacionais presentes no território. Com isso, a riqueza produzida no espaço rural regional é transferida para o espaço urbano municipal, ampliando os níveis de desenvolvimento dos municípios industrializados, enquanto aqueles majoritariamente agrícolas figuram entre os municípios mais pobres do Rio Grande do Sul.

[...] trata-se de uma região que produz um dos principais produtos de exportação do Estado do Rio Grande do Sul e do país, que gera lucros fantásticos às empresas do setor, ao mesmo tempo em que tem contribuído, historicamente, de forma marcante, na arrecadação de impostos em nível nacional, na medida em que, em média, 66% do preço de uma carteira de cigarros corresponde a impostos, recolhidos aos cofres públicos. Cabe ressaltar, entretanto, que ao longo dos últimos anos aproximadamente 70% da produção do tabaco do sul do país vem sendo exportada, ou seja, não sofre incidência de impostos, mais um fator que tem contribuído para incrementar os lucros fantásticos das empresas do setor (ETGES, 2001, p. 8).

A partir disso, destaca-se que a compreensão de “desenvolvimento” não se limita às determinações econômicas de um território ou ao seu grau de produção de riqueza. No caso do Vale do Rio Pardo, nota-se que as mesmas empresas responsáveis por trazer “desenvolvimento” para os municípios são também as principais responsáveis pela pobreza e desigualdade da região.

Recorda-se que Milton Santos (2006) já discutiu este fenômeno ao se referir à “gestão externa dos territórios”, na qual as empresas transnacionais passam a exercer poder determinante em um território ou região. Esta condição impõe ao Estado (gestor político e principal planejador do território) os interesses destas empresas, tanto quanto avança na globalização da tecnologia e da economia (SANTOS, 2006, p. 164).

A partir de Milton Santos (2006), compreende-se que o território está marcado pelas expressões da sociedade capitalista, que molda não apenas o sistema econômico, mas as particularidades de cada território, afetando a produção, as relações, as normas e a ação política dos sujeitos. Reconhece-se, contudo, o valor do território como espaço de resistência e até de influência à ordem hegemônica vigente. É no território que as dinâmicas sociais e de produção são postas em movimento, revelando, com isso, contradições que alteram a ordem hegemônica e criam formas alternativas de desenvolvimento a partir das particularidades do Local, em contraponto aos interesses do global (SANTOS, 2006; ETGES, 2005).

Etges (2005), ao discutir sobre Desenvolvimento Regional Sustentável, levanta a questão trazida por Santos (2006), classificando o desenvolvimento oriundo da influência do mercado sobre o território como desenvolvimento “sustentado”, enquanto a interação entre atores regionais (sociedade organizada) e o território, criam o desenvolvimento “sustentável” (ETGES,

2005, p. 52-53, grifo nosso). Na perspectiva da autora, a região ou “escala regional”, é o recorte ideal do território para enfrentar as forças globais, e a escala local não possui força ou estrutura suficiente para produzir um desenvolvimento sustentável; ainda, as macrorregiões inviabilizam a elaboração de projetos políticos de desenvolvimento devido à sua extensão (ETGES, 2005, p. 53). A ideia de região é criar um recorte territorial que permita estabelecer relações entre os recursos disponíveis e as necessidades da população, fornecendo, assim, as condições materiais para o seu desenvolvimento ante os interesses exógenos expressos no território (FAVARETO *et al.*, 2015).

Neste sentido, entende-se que a escala do município não é a mais adequada para observar os processos de desenvolvimento – sejam eles rurais ou urbanos –, tampouco estabelecer categorias de análise sobre as desigualdades territoriais causadas pelos diferentes modelos de desenvolvimento regional. Ao se analisar a dicotomia entre áreas rurais e urbanas no município, considera-se que as relações e interações envolvidas neste processo ultrapassam os limites políticos de Santa Cruz do Sul, e encontram em escalas que o transcendem (regional, estadual, nacional e, mesmo, internacional) as potencialidades para superação desta dicotomia e projeção de um desenvolvimento regional (ETGES, 2005).

Com isso, ressalta-se que o desenvolvimento econômico da região e do próprio município de Santa Cruz do Sul possui contradições inerentes à cadeia produtiva do tabaco. Além disso, a ideia de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico ou industrial de uma região, não contribui para um desenvolvimento sustentável do território. A partir do exemplo empírico apresentado neste trabalho, compreende-se que a riqueza produzida pelas indústrias fumageiras é ínfimo se comparado à riqueza extraída da região. Os municípios, e mais especificamente os agricultores familiares, perdem a maior parte da riqueza produzida para as empresas transnacionais, que transfere essa riqueza para fora do território, ao tempo em que produzem um discurso desenvolvimentista baseado na exploração do trabalho rural e no aumento das desigualdades territoriais (ETGES, 2001; CADONÁ, 2015).

A DICOTOMIA RURAL E URBANA NO TERRITÓRIO E SUAS REPERCUSSÕES

Como destacado neste artigo, Santa Cruz do Sul apresenta um contexto histórico, econômico e cultural singular, tendo dinâmicas e relações de produção sustentadas por uma economia pouco diversificada e genuinamente centralizadora. Os índices de crescimento econômico e de desenvolvimento humano do município são superiores aos de seus vizinhos mais populosos (Venâncio Aires, Rio Pardo e Candelária), bem como as médias nacional e estadual (IBGE, 2010). Vimos que estes indicadores sustentam-se devido ao complexo industrial do tabaco, que condicionou a ampliação do espaço urbano a partir de um processo de migração da força de trabalho rural para o espaço urbano. Atualmente, cerca de 85% dos habitantes de Santa Cruz do Sul vivem em áreas urbanas (IBGE, 2020). Apesar disso, mesmo com menos de 15% da população, o campo segue como um dos principais produtores de riqueza no município. A industrialização e a urbanização do território fez com que se tornasse uma das maiores economias do Estado, mesmo que isto não expresse diretamente um processo de desenvolvimento regional (LIMA DA SILVEIRA *et al.*, 2020).

É necessário ter em mente que a ideia de desenvolvimento, tal qual é utilizada nas ciências econômicas, surge da comparação entre territórios “desenvolvidos” e “não desenvolvidos”,

sobretudo durante o período de expansão da industrialização europeia para os países latino-americanos (MYRDAL, 1965; ROSTOW, 1974). A ideia de classificar o desenvolvimento com base em suas capacidades de produção, riqueza ou nível de industrialização, serviu (e serve) para a lógica de expansão do capitalismo no Continente Americano. Com a proposta de reproduzir em outras nações as etapas de industrialização europeia, e conseqüentemente os mesmos níveis de desenvolvimento, os territórios foram introduzindo, cada vez mais, a concepção de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento.

Em 1930, quando este método de analisar e comparar os países se expandiu para o mundo, o Estado brasileiro assumiu uma agenda desenvolvimentista marcada por investimentos governamentais em projetos de infraestrutura, industrialização e urbanização do país. Neste processo é que surgem as primeiras metrópoles, e, logo, dezenas de centros urbanos foram aparecendo a partir do modelo de acumulação flexível descrito por Harvey (2014). O crescimento populacional destas grandes cidades, formado especialmente por indivíduos oriundos de áreas rurais e interioranas do país em busca de trabalho, intensificou este processo e acelerou a industrialização do país. De lá para cá – apenas 50 anos depois –, o Brasil já possuía mais pessoas vivendo nas cidades do que no campo (HAMMES; DEPONTI, 2017).

Este processo acelerado de migração do campo para a cidade serviu, sobretudo, para o fortalecimento das indústrias, que passaram a ter muitos trabalhadores à disposição. Este fenômeno, contudo, também agravou os problemas sociais das cidades devido à falta de estrutura e serviços suficientes para atender grandes populações.

Harvey (2014) destaca que este modelo de desenvolvimento das cidades é agravado com o neoliberalismo, quando a acumulação flexível de capitais passa a utilizar o aumento da demanda por moradia e infraestrutura para disputar uma parcela ainda maior dos recursos do Estado, intensificando o processo de acumulação. Essa aceleração da acumulação de capitais fornece o “combustível” para expandir ainda mais a urbanização e cria cidades cada vez maiores e mais caras. Este ciclo de crescimento econômico acaba atraindo novos indivíduos para as cidades e, com isso, criando novas demandas de infraestrutura, moradia, transporte, trabalho, etc. Assim, a produção de riqueza torna-se cada vez mais intensa, em um ritmo que transcende os próprios interesses do desenvolvimento humano, transformando-se em um crescimento pelo crescimento (HARVEY, 2014).

Harvey (2014, p. 29) questiona: “essa dramática urbanização terá contribuído para o bem-estar humano?” Para o autor, a urbanização é (e sempre foi) um fenômeno de classe; uma forma de assegurar a perpetuação da classe dominante e do próprio sistema capitalista de acumulação. Nesta perspectiva, o espaço das cidades não pertence a todos, tampouco é organizado e pensado por aqueles que ali vivem. Pelo contrário, a cidade existe para realizar os objetivos de produção do capital em sua versão mais impessoal. Em suma, as cidades contemporâneas estão mais conectadas aos interesses do “Mercado Imobiliário”, dos “Investidores” ou do “Capital Financeiro” do que das necessidades de suas populações.

Esta abstração sobre quem dita os rumos das cidades é a crítica central das reivindicações pelo Direito à Cidade, a qual Harvey (2014) afirma ser um “tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental” (p. 30). Em outras palavras, o direito à cidade é o ato de pensar que tipo de lugar se quer viver, envolvendo uma perspectiva de qualidade de vida e

não apenas a ideia de crescimento econômico. Mais do que isso, o direito à cidade é a conquista do poder político sobre o território, quando os cidadãos poderão, efetivamente, decidir sobre os rumos e propósitos da cidade.

Outro aspecto destacado por Harvey (2014), e que repercute nas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios, é a globalização do mercado hipotecário na atual fase do capitalismo financeiro. O autor defende que existe um descontrole dos mercados imobiliários e hipotecários no mundo, causados, especialmente, pela especulação financeira e pela gestão global destes mercados (HARVEY, 2014, p. 42-43). Isso significa que o modelo de urbanização atual, que já não mantém vínculos com a industrialização, se expande em diferentes partes do mundo, movimentando-se conforme as oscilações dos mercados e a rentabilidade de seus lucros. Ao fazer isso em escala global, no entanto, criam-se bolhas especulativas que se transformam em crises profundas no sistema financeiro e em toda a economia. Um dos principais exemplos é a crise de 2008 – *subprime* –, que atingiu as economias do mundo inteiro. Sobre esta crise, Harvey (2014) afirma:

Essa crise, com perversos impactos locais sobre a vida urbana e as infraestruturas (bairros inteiros em cidades como Cleveland, Baltimore e Detroit foram devastados pela onda de execuções de hipotecas), ameaçou toda a arquitetura do sistema financeiro global e, como se isso não bastasse, desencadeou uma recessão de grandes proporções (p. 45).

Os reflexos da “explosão da bolha” de 2008 repercutem até hoje, sobretudo nos países periféricos do capitalismo. Nos países centrais, como EUA, Canadá, Alemanha, Inglaterra, Japão e China, a recuperação do sistema financeiro pelo Estado garantiu certa recuperação econômica e aumento na acumulação de riquezas. Para o restante do mundo, a última década foi marcada por crises, com estagnação das economias e instabilidade política constante. No Brasil, por exemplo, os liberais denominam o último período como “década perdida”, porém esquecem que nem todos perderam. O mercado imobiliário brasileiro cresceu fortemente na última década, sobretudo pela participação do Estado no financiamento de obras e oferta de crédito para estimular o consumo.

Em contrapartida, cresce a importância do Agronegócio na economia do país, iniciando um novo ciclo de acumulação capitalista e uso das áreas rurais. As cidades tornam-se espaços menos produtivos, com menos valor para o capital como recurso, porém mantendo seu valor especulativo. No exemplo brasileiro, a estagnação da economia nas grandes cidades trouxe junto um aumento da desigualdade social, o que abriu espaço para novos modelos de acumulação, sustentados, principalmente, pela superexploração do trabalho (HARVEY, 2014, p. 52).

Neste sentido, entende-se que as relações do território com o modelo de acumulação produtiva determinam as correlações de forças presentes nas áreas urbanas e também rurais, considerando a relação intrínsecas do território. Ressalta-se que estas relações são dialéticas, transformando-se segundo as necessidades imediatas do modelo de acumulação capitalista, bem como em uma mudança de paradigma na lógica das cidades – um processo que passa pela valorização do campo e na desmistificação da dicotomia rural-urbana.

Mera e Mielitz Netto (2014), ao analisarem a diminuição da população rural na região do Alto Jacuí/RS, comentam sobre as novas dinâmicas produtivas do campo, sobretudo pelo aumento da produção de soja na região. Na experiência relatada pelos autores, a produção de soja é acompanhada por mudanças estruturais na lógica das propriedades rurais, que organizam seu

uso a partir da lógica produtivista e competitiva imposta pelo mercado financeiro. Neste sentido, a produção agrícola regional assume processos segregadores que incentivam o êxodo rural não mais por considerar o rural como espaço menos desenvolvido, mas por necessidade objetiva das famílias de agricultores.

Entre os motivos pelos quais os agricultores deixam o meio rural está, principalmente, a inviabilização econômica dos pequenos produtores, notoriamente aqueles que se dedicam exclusivamente à produção de soja em pequenas áreas, ocasionando ociosidade da mão de obra. [...] Quanto às famílias com menores possibilidades em termos de área, observa-se a migração, ou para cidade ou outras regiões agrícolas, com o intuito de obter novas possibilidades de geração de renda (MERA; MIELITZ NETTO, 2014, p. 234-235).

Diante disso, percebe-se que a migração do campo para a cidade acompanha as dinâmicas e os modelos de produção presentes no território, intensificados pela conjuntura especulativa dos mercados imobiliários nas cidades, mas sobretudo pelas transformações produtivas no campo. Como destacado pelos autores, “um grande problema da diminuição da população rural é a falta de renda” (MERA; MIELITZ NETTO, 2014, p. 260) – um fenômeno presente em muitas regiões interioranas do Brasil.

Favareto *et al.* (2015), no texto “Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil”, afirmam que a migração da mão de obra das áreas rurais para as cidades ampliou a dicotomia entre o rural e o urbano, classificando o desenvolvimento territorial no comparativo entre as regiões rurais e a região metropolitana. Esta comparação influenciou em uma série de justificativas para a expansão da industrialização para as regiões rurais, a exemplo do município de Santa Cruz do Sul. Com a vinda das indústrias fumageiras para a região, o processo de urbanização instituiu-se no território, formando a primeira cidade média do Vale do Rio Pardo. Assim como destacado pelos autores, contudo, esta relação não deve ser a única ao se considerar o desenvolvimento dos territórios.

Em síntese, uma visão condizente com as interdependências e com a complexidade da trama territorial que sustenta o mundo contemporâneo precisa ir além das abordagens da dicotomia, que marca boa parte da tradição da sociologia e da economia rural, ou do *continuum* presente em estudos de viés urbano sobre o espaço e o território, **indo em direção a uma abordagem verdadeiramente relacional** (FAVARETO *et al.*, 2015, p. 21, grifo nosso).

A abordagem relacional, destacada nesta passagem, refere-se à complexidade dos territórios e de suas determinações, especialmente no contexto atual das sociedades capitalistas e de suas formas de produção e reprodução da vida. A relação entre o rural e o urbano são intrínsecas e, para pensar em planejamento territorial ou em desenvolvimento territorial e regional, é necessário que se utilize uma abordagem que relacione estes espaços e suas potencialidades, bem como necessidades.

Neste sentido, a dicotomia entre o rural e o urbano se dá, sobretudo, pela disparidade de investimentos públicos, considerando que é nas cidades que se estabelecem serviços como hospitais, universidades, centros de cultura, comércio, redes de água e esgoto e tantos outros equipamentos sociais que se encontram em áreas urbanas. Em contrapartida, o nível de investimento nas áreas interioranas do país ou nas pequenas cidades é desfavorecido no processo de planejamento do país, assim como suas populações possuem menos acesso aos serviços públicos. Este tipo de planejamento desigual dos territórios resulta em interpretações equivocadas

sobre o processo de desenvolvimento, considerando que as áreas urbanas são mais “desenvolvidas” do que as regiões rurais e interioranas. Esta forma de ver o território – destaca-se que esta interpretação não se faz apenas no senso comum, mas possui forte aceitação na academia – corrobora a expansão do modelo de acumulação capitalista.

Veiga (2002), ao refletir sobre o desenvolvimento territorial, explica que as configurações físicas e naturais de um território também influenciam nos processos de desenvolvimento, assim como as condições de educação, mobilidade, moradia, entre outras características que tornam uma região propícia ao desenvolvimento industrial e urbano. As regiões desenvolvem-se, contudo, em ritmos diferentes e de forma relacional, o que significa a retração de um território diante do crescimento de outro. Em modo geral, isto se expressa no desenvolvimento econômico dos territórios urbanos e no aumento da pobreza dos territórios rurais e interioranos do Brasil.

Durante a “era de ouro” (1948-73), a preocupação de minorar as distorções espaciais fatalmente provocadas pelo crescimento econômico levou à montagem de estruturas administrativas cuja principal missão seria a de “planejar” ou “ordenar” o povoamento (ou ocupação) de territórios nacionais mediante determinadas orientações de investimentos públicos em infraestrutura e várias formas de incentivos e regulamentações sobre os investimentos privados (VEIGA, 2002, p. 12).

Com o aumento desta dicotomia territorial, o Estado passa a intervir e planejar o desenvolvimento dos territórios, porém considerando, ainda, a questão econômica como principal medida de avaliação. Surge, com isso, a necessidade de se elaborar novas formas de avaliação dos territórios e regiões, condizentes com a realidade material e que considerem as características particulares dos territórios. De fato, as áreas urbanas representam uma parte pequena do território nacional, apesar de concentrar o maior número de habitantes e as principais instituições de pesquisa, as quais se propõem à tarefa de “explicar o rural”. Favareto *et al.* (2015) destacam esta questão ao utilizar o rural como representação da ideia de territórios interioranos, por possuir na agricultura sua base econômica principal.

É preciso admitir que há alguma imprecisão nesta opção: áreas do litoral têm características rurais, mas geograficamente não seriam consideradas interior; áreas interioranas podem ter grandes centros urbanos. Mais claramente, o recorte espacial aqui adotado cobre o Brasil não metropolitano. Os territórios aqui abordados são regiões que guardam características essencialmente rurais, mesmo com a presença de centros urbanos (FAVARETO *et al.*, 2015, p. 22).

Neste sentido, compreende-se que a região do Vale do Rio Pardo é um território essencialmente rural com a presença de centros urbanos, assim como Santa Cruz do Sul é um território essencialmente urbano, mas com forte relação com o meio rural. A urbanização do município é reflexo do processo de industrialização, enquanto em outros municípios da região, como Rio Pardo, Venâncio Aires e Candelária – territórios essencialmente rurais – são percebidos novos arranjos de desenvolvimento urbano, mesmo sem a presença do advento da industrialização.

Rostow (1974) refere-se a este fenômeno como “transbordamento do processo de desenvolvimento”, reflexo da quantidade de investimentos e serviços necessários para instituir uma determinada cadeia produtiva, neste caso a produção de tabaco. Neste âmbito, a face atual do capitalismo, marcado pela globalização e pelo neoliberalismo, se expressa na exploração generalizadas dos territórios, condicionando-o às áreas rurais e urbanas aos propósitos do mercado

(CADONÁ, 2015). No exemplo de Santa Cruz do Sul, a vinda das indústrias fumageiras e da formação de um espaço urbano forçou o Estado a investir em políticas públicas de infraestrutura e seguridade social, as quais repercutem na valorização do espaço urbano e desvalorização do rural. As empresas internacionais utilizam-se desta infraestrutura para ampliar sua produtividade e lucros. Ao mesmo tempo, empresas locais são incluídas nas cadeias produtivas, as quais extrapolam os limites do município e geram um processo de desenvolvimento econômico regional (ETGES, 2001; PETRY; SILVEIRA, 2017).

Este fenômeno, que na sua aparência se mostra como uma forma de desenvolvimento relacional entre rural e urbano, na prática, contudo, reforça a dicotomia entre estes dois espaços, e, da mesma forma (porém em menor escala), entre as áreas metropolitanas e interioranas. Mesmo sendo do rural a matéria-prima essencial para a produção da indústria e da riqueza de Santa Cruz do Sul, os investimentos governamentais em políticas de bem-estar, saúde, educação, infraestrutura, etc., são evidentemente superiores na área urbana (ETGES, 2001). Este efeito contraditório do desenvolvimento a partir da industrialização, encontra ressonância na afirmação de Myrdal (1965), quando este destaca que “o jogo das forças de mercado tende, em geral, a aumentar e não diminuir as desigualdades regionais” (p. 51).

Diante disso, conclui-se que pensar em desenvolvimento a partir das áreas urbanas, sem considerar as relações intrínsecas com às áreas rurais, tende a fomentar, ainda mais, as desigualdades territoriais. Para superar esta lógica, se faz necessário criar modelos de desenvolvimento territorial que considerem a equidade na distribuição de riquezas como seu principal promotor. Favareto *et al.* (2015) explicam que, para mudar esta lógica, é necessário elaborar formas mais democráticas e diversificadas de gestão do território, criando estruturas econômicas e sociais alinhadas aos interesses da maioria da população e não apenas aos interesses do mercado, do capital e das empresas, sejam elas nacionais ou internacionais (FAVARETO *et al.*, 2015, p. 28).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções sobre desenvolvimento das regiões e territórios possuem, em sua origem, preceitos de desigualdade ao se fundamentarem na lógica de comparação entre os países. Cada território possui características incomparáveis a outros, seja na configuração do espaço ou nas determinações culturais, políticas e produtivas do território. Ao desconsiderar estas características e submeter as regiões e municípios à mesma régua de crescimento econômico, ampliam-se as diferenças sociais entre locais de uma mesma região ou entre áreas de um mesmo local, como acontece entre o campo e a cidade.

Neste trabalho buscou-se demonstrar como o desenvolvimento, baseado na industrialização e urbanização, tende a ampliar as desigualdades territoriais e suprimir as características locais dentro do processo de planejamento e de uso dos recursos públicos. A região possui determinações que exemplificam os efeitos negativos dos modelos de desenvolvimento capitalistas. Considerou-se, nas reflexões do artigo, como a riqueza produzida no território é explorada por interesses exógenos, e, por vezes, contrários ao próprio desenvolvimento das potencialidades dos municípios e da região. Destaca-se, no entanto, que a discussão proposta deve ser aprofundada e que as argumentações trazidas durante o trabalho se limitam à reflexão sobre a dicotomia rural-urbano no que se refere ao uso da riqueza produzida e ao acesso das populações aos serviços públicos disponíveis no território.

Cabe ressaltar que este trabalho se inscreve em uma agenda de discussões emergentes no campo do Desenvolvimento Regional, sobretudo na relação contraditória da produção acadêmica da área com interpretações que submetem o desenvolvimento rural aos condicionantes da acumulação flexível, própria da fase neoliberal do capitalismo. Este debate coloca-se, contudo, também nas dinâmicas sociais, culturais, políticas e históricas dos territórios, que estabelecem, a partir de indicadores quantitativos, a ideia de que o campo é menos desenvolvido que as cidades, desconsiderando as dinâmicas regionais.

Por fim, destaca-se que a tarefa de produzir novos olhares para o desenvolvimento dos territórios rurais e interioranos do Brasil está condicionada à capacidade de organização e enfrentamento da racionalidade neoliberal. O desafio de criar um desenvolvimento que não esteja condicionado ao mercado e interesses internacionais é urgente, sobretudo no contexto de crise sanitária e econômica vivenciada no Brasil. Ao pensar no desenvolvimento dos territórios, sem os interesses de exploração e subordinação no qual o sistema capitalista se fundamenta, é possível deslumbrar novas possibilidades, capazes de diminuir as desigualdades regionais e ter nos indicadores de qualidade de vida o parâmetro para o desenvolvimento regional.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por intermédio da bolsa Prosuc/Capes – Modalidade I.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- BENKO, G. *A ciência regional*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- CADONÁ, Marco André. A indústria fumageira e o mercado de trabalho de Santa Cruz do Sul-RS. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, 3(1), p. 205-221, out. 2015. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4641/pdf>. Acesso em: 2 maio 2021.
- ETGES, Virginia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3. set./dez. 2005.
- FAVARETO, Arilson *et al.* Territórios importam – Bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. *Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-46, dez. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316175104_Territorios_importam_-_bases_conceituais_para_uma_abordagem_relacional_do_de-desenvolvimento_das_regioes_rurais_ou_interioranas_no_Brasil. Acesso em: 30 abr. 2021.
- HAMMES, E. D.; DEPONTI, C. M. Aspectos da impenhorabilidade da pequena propriedade rural e o desenvolvimento rural: garantia constitucional da agricultura familiar. *Desenvolvimento em Questão*, [S.l.], v. 15, n. 39, p. 236-261, 2017. DOI: 10.21527/2237-6453.2017.39.236-261. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/4486>. Acesso em: 7 maio 2021.
- HARVEY, David. O direito à cidade. In: *Cidades rebeldes*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@Santa Cruz do Sul*. Brasília: 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>. Acesso em: 27 dez. 2020.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2006. 456 p. (La production de l'espace [1974]).

- LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. In: *Geosp – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.
- LIMA DA SILVEIRA, R. L. *et al.* Observando a dinâmica territorial do emprego e do deslocamento para trabalho na Região do Vale do Rio Pardo-RS. *Desenvolvimento em Questão*, [S. l.], v. 18, n. 51, p. 186-209, 2020. DOI: 10.21527/2237-6453.2020.51.186-209. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10001>. Acesso em: 7 maio 2021.
- LIMA, Elaine Carvalho de; OLIVEIRA NETO, Calisto Rocha de. Análise do desenvolvimento territorial: a contribuição da experiência italiana. *Interações*, Campo Grande, v. 20, n. 1, p. 51-61, jan. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518=70122019000100051-&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 abr. 2021.
- MELO, Ana Isabel. Distritos industriais marshallianos: o caso de Águeda. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n. 12, p. 29-52, 2006. Disponível em: http://www.apdr.pt/siterper/numeros/rper12/art02_rper12.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.
- MERA, C. M. P. de; MIELITZ NETTO, C. G. Diminuição da população rural na Região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva dos segmentos rurais. *Desenvolvimento em Questão*, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 216-263, 2014. DOI: 10.21527/2237-6453.2014.27.216-263. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2524>. Acesso em: 5 maio 2021.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.
- PETRY, Heitor Álvaro; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Plano estratégico de desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo (2015-2030)*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2017. 408 p. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1761>. Acesso em: 2 maio 2021.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão – SEPLAG-RS. *Perfil Socioeconômico do COREDE Vale do Rio Pardo*. Porto Alegre: DPG, 2010.
- ROSTOW, Walt Whitman. As cinco etapas do desenvolvimento – um sumário. In: ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico* (um manifesto não-comunista). Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 2. ed. 2005. 192p.
- VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Veiga-J.-E.-A-face-territorial-do-desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 4 maio 2021.